

INTEGRAÇÃO E OS LIMITES IMPOSTOS PARA AS ÁREAS DE FRONTEIRA: PARANHOS – BR E YPÊJHÚ – PY; CORONEL SAPUCAIA – BR E CAPITÁN BADO – PY¹

PEREIRA, Camila M ²

Recebido (Received): 14-03-2018 Aceito (Accepted): 23-10-2019

DOI:

Como citar este artigo: PEREIRA, C. M. Integração e os limites impostos para as áreas de fronteira: Paranhos – BR e Ypêjhú – PY; Coronel Sapucaia – BR e Capitán Bado – PY. **Formação (Online)**, v. 26, n. 49, p. 127-142, 2019.

Resumo

O presente artigo busca abordar as observações feitas durante o trabalho de campo nos municípios fronteiriços, Paranhos e Coronel Sapucaia em território brasileiro e Ypêjhú e Capitán Bado no Paraguai. Trata-se de municípios com baixa densidade demográfica localizados no interior de seus países e que dividem uma realidade fronteiriça muito semelhante e característica desde a sua fundação. Características essas que muitas vezes são ignoradas pelos governos federais, que enxergam a fronteira como limite e/ou como algo único sem nenhuma especificidade. O objetivo deste trabalho é mostrar a realidade vivida nesses municípios e como os governos tratam a fronteira apenas como limite de seu território, não enxergando a população vizinha como seu semelhante. Para isso foram realizadas leituras pertinentes às temáticas, como, fronteira, limites e integração, relacionando assim, com os dados absorvidos durante a visita a campo, além de imagens e mapa para caracterizar a realidade. A partir disto ressaltase a falta de infraestrutura para os municípios fronteiriços, sistema de saúde e educação preparadas para atender as necessidades da população fronteiriça.

Palavras chave: Fronteira. Integração Regional. Limites.

INTEGRATION AND THE IMPOSED LIMITS FOR BORDER AREAS: PARANHOS - BR AND YPÊJHÚ - PY; CORONEL SAPUCAIA - BR AND CAPITÁN BADO – PY

Abstract

His article aims to address the observations made during the fieldwork in the border municipalities, Paranhos and Coronel Sapucaia in Brazilian territory and Ypêjhú and Capitán Bado in Paraguay. These are municipalities with low population density located in the interior of their countries and which share a very similar and characteristic border reality since its foundation. These characteristics are often overlooked by federal governments, which see the border as a limit and / or something unique without any specificity. The aim of this paper is to show the reality lived in these municipalities and how governments treat the border only as the limit of their territory, not seeing the neighboring population as their similar. For this, readings were made relevant to the themes, such as border, boundaries and integration, thus relating to the data absorbed during the field visit, as well as images and map to characterize reality. From this, we highlight the lack of infrastructure for the border municipalities, health system and education prepared to meet the needs of the border population.

Keywords: Border. Regional Integration. Boundaries.

INTEGRACIÓN Y LOS LÍMITES IMPUESTOS PARA ÁREAS FRONTERIZAS: PARANHOS - BR Y YPÊJHÚ - PY; CORONEL SAPUCAIA – BR Y CAPITÁN BADO - PY

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).
E-mail: camila.manoel09@hotmail.com

Resumen

Este artículo tiene como objetivo abordar las observaciones realizadas durante el trabajo de campo en los municipios fronterizos, Paranhos y el Coronel Sapucaia en territorio brasileño e Ypêjhú y Capitán Bado en Paraguay. Estos son municipios con baja densidad de población ubicados en el interior de sus países y que comparten una realidad fronteriza muy similar y característica desde su fundación. A menudo, los gobiernos federales pasan por alto estas características, que ven la frontera como un límite y / o algo único sin ninguna especificidad. El objetivo de este documento es mostrar la realidad vivida en estos municipios y cómo los gobiernos tratan la frontera solo como el límite de su territorio, sin ver a la población vecina como similar. Para esto, se hicieron lecturas relevantes para los temas, como borde, límites e integración, por lo tanto, relacionados con los datos absorbidos durante la visita de campo, así como imágenes y mapas para caracterizar la realidad. De esto, destacamos la falta de infraestructura para los municipios fronterizos, el sistema de salud y la educación preparados para satisfacer las necesidades de la población fronteriza.

Palabras claves: Frontera. Integración Regional. Límites.

1 Introdução

Ao abordarmos o conceito de fronteira, segundo Foucher (2009, p.10) “o mundo contemporâneo é estruturado por 248 mil quilômetros de fronteiras políticas terrestres e 332 fronteiras entre Estados” que o autor denomina díades, que seriam os limites comuns entre dois Estados contíguos.

Sobre a questão dos limites na fronteira, observamos que os dois conceitos servem para estabelecer domínios e demarcar territórios. Segundo Carlos Hissa (2006) o limite nada mais é do que, uma linha abstrata fina o suficiente para ser incorporada a fronteira. Enquanto a fronteira parece ter sido feita de um espaço abstrato, areal, por onde passa o limite.

“O limite visto do território está voltado para dentro, enquanto a fronteira, imaginada do mesmo lugar, está voltada para fora como se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem. O limite estimula a ideia sobre distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração” (HISSA, 2006, p. 34).

Deste modo, “a fronteira não é apenas o limite que se projeta no território: ela também se projeta na sociedade e separa os indivíduos” até mesmo porque, não há como separar a sociedade do território (HISSA, 2006, p.38).

Ainda segundo Hissa (2006, p.38) o limite e a fronteira incorporam tanto conteúdo histórico, quanto o cultural, em uma superposição acumulativa de tempos e espaços.

As fronteiras no mundo atual representam o que Foucher (2009, p.19) chama de “imperativo de segurança estratégica” para demarcação de territórios nos Estados, ou em dispositivos de proteção do que é estabelecido contra, o considerado marginal e os fluxos considerados indesejáveis, segundo o autor as fronteiras se transformam em “membranas assimétricas”, isto é, autorizando a saída, mas protegendo a entrada de indivíduos vindos do outro lado.

Porém, segundo Barth (2006, p.26) “há relações sociais estáveis, persistentes e frequentemente vitais que não apenas atravessam essas fronteiras, como também muitas vezes baseiam-se precisamente na existência de status étnicos dicotomizados”.

Conforme Machado; Steiman (2002, p.4) “existe um potencial nas regiões fronteiriças para intensificar a cooperação internacional entre os países vizinhos, porém também existe uma influência sobre elas do contexto internacional, por exemplo, das relações bilaterais/multilaterais entre os países fronteiriços. Coexistem, portanto, nestas regiões elementos de integração e de desintegração”.

Desse modo, apresenta-se a análise realizada no decorrer do campo realizado nos municípios fronteiriços de Paranhos – BR e Ypêjhú – PY, assim, como, em Coronel Sapucaia – BR e Capitán Bado – PY. O objetivo é mostrar que os limites impostos pelos governos centrais em forma de proteção para as regiões fronteiriças, limites esses que, nada tem haver com a realidade local. A falta de políticas públicas, e o movimento de integração conduzido pela população dos municípios já citados, de modo a transpassar esses limites.

Figura 1 - Localização dos municípios fronteiriços de Paranhos – BR e Coronel Sapucaia – BR



Fonte: PEREIRA (2019) adaptado de Google Maps.

2 Área de estudo

Os municípios brasileiros de Paranhos e Coronel Sapucaia estão localizados ao sudoeste do estado do Mato Grosso do Sul (Figura 1). Já os municípios paraguaios fazem parte de dois

departamentos distintos, Ypêjhú se localiza no departamento de Canindeyú, e Capitán Bado pertence ao departamento de Amambay.

Ambos municípios tiveram suas origens ligadas à produção da erva mate. Em 1947, houve um movimento de ocupação e legalização das terras na região, que antes eram ocupadas pelas companhias que produziam o mate e seus funcionários. A principal companhia na exploração do mate foi Empresa Matte Laranjeira, segundo conta alguns moradores locais.

Coronel Sapucaia – BR foi emancipado em 1985, após a saída da Companhia Mate Laranjeira Mendes. Já Capitán Bado – PY que faz fronteira com Sapucaia foi fundada anteriormente, em meados de 1914, com o fim da guerra da Tríplice Aliança. Nesta parte do território foi ocupada por pessoas que ali se estabeleceram, pois com o fim do conflito não tinham para onde ir, além dos indígenas que já viviam na região. Todavia, este município também esteve vinculado à produção da erva mate.

Outro município estudado, Paranhos – BR passa a fazer parte do estado do Mato Grosso do Sul como município apenas em 1977, antes era subordinado ao município de Amambai – MS, o município fronteiriço de Ypêjhú – PY foi fundado em 1975 um pouco antes.

São municipalidades consideradas pequenas, com uma população girando em torno de 7 a 17 mil habitantes, onde sua grande maioria encontra-se nas áreas rurais.

Capitán Bado – PY possui uma população que gira em torno de 17.117 mil habitantes, Coronel Sapucaia cidade vizinha do lado brasileiro, possui aproximadamente 14.916 mil habitantes. Paranhos – BR, contam com 13.674 mil habitantes, e Ypêjhú – PY considerada a menor das quatro cidades, tem uma população de 7.019 mil habitantes.

Deste modo, observamos logo a princípio, que as cidades possuem características semelhantes desde a sua criação, e o modo de vida da população até os dias atuais, possuindo um estilo de vida parecido.

3 Procedimentos metodológicos

Para fundamentação teórica da temática proposta, foi utilizada para registro fotográfico a câmera do Iphone 5S, e realizados levantamentos bibliográficos, com base em obras acadêmicas que abordam temáticas sobre fronteiras, limites e população fronteiriça, destacando-se as obras de Albuquerque (2010), Barth (2006), Foucher (2009), Hissa (2006), Machado; Haesbaert (2005), Raffestin (1993) e Souza (2013).

A análise teve início com a visita a campo realizada entre os dias 6 e 7 de julho de 2017, nos municípios fronteiriços de Paranhos – BR e Ypêjhú – PY; e Coronel Sapucaia – BR e Capitán Bado – PY respectivamente, onde tivemos a oportunidade de entrar em contato com a realidade da população que vive e transita entre os dois lados da fronteira Brasil/Paraguai.

Segundo Foucher (2009) as fronteiras podem ser classificadas como descontinuidades territoriais, com a função de marcação política, ou seja, funcionam como instituições estabelecidas por decisões políticas, sejam elas projetadas ou impostas.

Raffestin (1993) o conceito de fronteira não é apenas um fato geográfico, mas também um fato social, um fato biológico. A fronteira também segundo o autor delimita um para “para cá” e outro “para lá”, como um limite marcado e uma área de segurança.

Neste caso, buscamos realizar a análise das interações fronteiriças em primeiro nível através dos textos discutidos ao decorrer da disciplina de Tópicos Especiais de Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia, em que foram abordados conceitos como fronteira, integração, território, desenvolvimento e modernidade. Segundo Hissa (2006), este último seria a expressão da epistemologia e filosofia do capitalismo, que se torna a marcada da concepção de fronteira.

Com o objetivo de compreender primeiramente através da pesquisa bibliográfica a realidade vivida pela população fronteiriça, assim, como suas dificuldades, necessidades e a complexidade das relações em áreas de fronteira.

Em um segundo nível buscou-se por meio da visita a campo analisar os depoimentos dos cidadãos fronteiriços, buscando uma entrada para a elaboração do presente artigo. Também foram realizados questionamentos a respeito da vida na fronteira com o objetivo de relacionar o que nos foi relatado aos textos trabalhados em sala de aula.

Em um terceiro nível buscou-se realizar a análise de tudo que foi observado anteriormente, com o objetivo de compreender a complexidade vivida nesses municípios fronteiriços, às dificuldades enfrentadas pela população local, que muitas vezes, são ocasionadas pelos limites impostos às zonas de fronteiras e a ausência de políticas públicas. Assim como, as soluções que essas pessoas encontram, cada um a sua maneira, para superar tais dificuldades.

Para Raffestin (1993) há um mito a respeito da eliminação das fronteiras, e a visita a campo nos trouxe a veracidade desta afirmação. A fronteira como parte integrante do território pode ser relacionada com que Machado e Haesbaert (2005) trazem, para eles o território é

também produto dos processos concomitantes de dominação ou apropriação do espaço físico por agentes não estatais, neste caso, seria pela população local.

Conforme Osório; Haesbaert (2005, p. 92) o processo de apropriação do solo “se dá tanto de cima-baixo (com a ação do Estado ou grandes empresas), como de baixo-cima (através das práticas e significação do espaço efetivamente vivido e representado pelas comunidades)”. De acordo com Souza (2013, p.36) o conceito de território nada mais é do que “uma das facetas do espaço social, que é multifacetado”. O autor frisa também que o território é em sua realidade, antes de tudo, composto por relações sociais projetadas no espaço, e não um espaço concreto. O que veremos também ao analisar as relações fronteiriças nos municípios estudados no presente artigo.

Conforme Albuquerque (2010), a fronteira não deve ser analisada apenas a partir da visão de conflitos, é essa a imagem que os governos centrais têm há anos. Todavia as fronteiras também devem ser vistas como um meio de integração, pois as relações que ocorrem nessas regiões transbordam os limites impostos a elas. O que iremos discutir e analisar ao decorrer deste artigo é o modo com que essas relações transbordam a faixa de fronteira e os limites impostos.

4 Análise dos resultados: educação

O primeiro município a ser visitado foi Paranhos – MS do lado brasileiro. Ao chegarmos à câmara municipal, fomos recebidos pela secretaria de educação, o vice-prefeito e pela professora de geografia e coordenadora de ensino da cidade. Logo a princípio nos foi relatado à quantidade de alunos nas escolas do município, que contabiliza 5.040 alunos entre a rede municipal e estadual, e comparado ao número de habitantes do município, que gira em torno de 13.674 habitantes nos pareceu maior do que o normal.

Ao notarmos esse grande número de alunos, os representantes nos informaram a respeito do intercambio de alunos vindos do Paraguai para estudar em escolas brasileiras. E para nossa surpresa, foi relatada a existência de crianças brasileiras que estudam dois períodos, um período no Brasil e o outro em território paraguaio.

Os agentes deixaram claro, a importância desses alunos vindos do Paraguai, pois quanto maior for o número de alunos matriculados, maior serão as verbas destinadas às escolas do município. Entretanto, ficou evidente a dificuldade de buscar esses alunos em território vizinho.

A dificuldade no transporte dos alunos é agravada por leis governamentais que não permitem a entrada do ônibus escolar brasileiro em território paraguaio, mesmo em casos de cidades gêmeas, em que a linha divisória é inexistente, como é o caso de Paranhos – BR e Ypêjú – PY, na figura 2 nota-se a proximidade dos municípios não havendo nenhuma fronteira concreta que barre a circulação dos moradores. A única coisa que separa um município do outro é uma rua de terra sem se quer alguma sinalização.

Figura 2 - Linha de fronteira entre Paranhos – BR e Ypêjú – PY



Fonte: PEREIRA (2017).

Devido à proximidade dos municípios a prefeitura de Paranhos burla esse regulamento “esticando”, nas palavras do funcionário municipal, a linha de transporte escolar até o outro lado da fronteira para atender os alunos advindos do Paraguai. A possibilidade de agir contrário a lei brasileira existe porque não há nenhuma fiscalização na fronteira, na realidade trata-se de uma área pouco habitada como mostra a figura 2.

Os pais paraguaios para conseguirem matricular seus filhos em escolas brasileiras na fronteira necessitam obter a certidão de nascimento, alguns chegam a usar endereço falso para burlar o sistema e alegar que seus filhos são brasileiros e/ou que vivem no Brasil.

O programa Escola Sem Fronteira, idealizado por um dos conselhos do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), poderia servir como solução em casos como estes citados acima, porém ele só saiu do papel em planos pilotos, como por exemplo, em Ponta Porã – MS e Corumbá – MS em 2012, não abrangendo demais municípios fronteiriços.

O diretor da Escuela Básica N° 440 Virgen de Fátima frisou durante nossa visita em Ypêjhú que houve uma queda no número de alunos matriculados na escola a partir do momento em que os pais paraguaios passaram a levar seus filhos para estudarem em escolas brasileiras, em busca de uma melhor qualidade de ensino.

4.1 Saúde

Outra questão semelhante entre os municípios visitados diz respeito à saúde pública, mais especificamente ao SUS (Sistema Único de Saúde). O programa atende a população do país vizinho que chegava aos hospitais brasileiros em estado grave, mas por serem estrangeiros não são contabilizados na hora do repasse de verbas feito pelo governo federal aos hospitais dos municípios brasileiros fronteiriços, fato este que faz com que o atendimento se torne ainda mais precário.

Os hospitais do SUS devem cobrar pelo atendimento em caso de paciente estrangeiro, como consta no regulamento do sistema, porém em muito dos casos na fronteira isso não acontece. Pois as pessoas vindas do Paraguai em busca de atendimento alegam morar em território brasileiro e ter direito ao atendimento gratuito, para isso costumam utilizar documentos e endereços de pessoas residentes no Brasil e/ou esperam o agravamento da doença para constar como emergência e facilitar o atendimento.

O fato dos paraguaios esperarem a doença se agravar para depois procurar atendimento causa preocupações aos funcionários municipais no lado brasileiro, pois se tratando de doenças epidêmicas pode haver contaminação de inúmeras pessoas enquanto guardam ao invés de procurar rapidamente por um médico.

Com a criação do programa SIS-Fronteira (Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras) a situação melhorou razoavelmente, pois, apesar do objetivo do programa ser planejar e lançar ações/acordos bilaterais ou multilaterais entre os países fronteiriços, após diagnóstico da situação de saúde para além do território nacional, há relatos de que só serviu para compra de aparelhos hospitalares que não são utilizados.

O repasse de verba para os municípios brasileiros é distribuído de acordo com o número de habitantes de cada municipalidade, não é levada em consideração a condição fronteiriça e a proximidade com municípios internacionais, agravando ainda mais a situação de carência dos moradores locais.

Também existe carência de médicos para atender um número maior de pessoas na fronteira, Paranhos – BR, por exemplo, conta com apenas nove médicos, sendo três deles cubanos que fazem parte do programa Mais Médicos do governo federal.

4.2 Questões Políticas

A influência de Paranhos – BR dentro do território paraguaio em questão de saúde gira em torno de 200 km dentro do país vizinho, segundo os próprios funcionários da prefeitura local.

Outra questão, não menos importante, é o fato de que muitos paraguaios usam endereços falsos para alegarem que vivem em território brasileiro, e assim conseguir benefícios, como, o Bolsa Família e até mesmo a aposentadoria. Obtivemos essa informação durante os diálogos com funcionários da prefeitura de Paranhos – MS, e posteriormente, em Coronel Sapucaia comentava-se a mesma coisa.

Em Paranhos – BR, segundo funcionários municipais, 40% dos aposentados no município são paraguaios, nascido no Paraguai e que teriam conseguido reivindicar a aposentadoria porque alegam morar no município brasileiro e/ou que eram moradores rurais. E não há como o governo federal brasileiro barrar esse movimento, pois as leis são frágeis comparadas à mobilidade da fronteira.

Pode-se observar que existem muitos paraguaios vivendo em território brasileiro, como saber quem está mentindo e quem não? Não há fiscalização suficiente e/ou eficiente para tal.

Os representantes municipais ainda nos afirmaram que não haviam políticas públicas direcionada para a fronteira em questão, por se tratarem de municípios pequenos no interior do Mato Grosso do Sul e que fazem fronteira com o Paraguai. Para superar as necessidades locais ocasionadas pela falta de infraestruturas as prefeituras fazem acordos, como o caso de ônibus municipal brasileiro buscar alunos paraguaios rurais para que possam ter acesso à escola, ou a prefeitura Paraguai que fornecia cascalho para ajudar no asfaltamento (cascalhamentos) do município brasileiro devido à falta de verba vindo do governo federal.

Está sendo construída uma rodovia (figura 3), ligando Pedro Juan Caballero a Ypêjhú – PY, pois até então para chegar à cidade paraguaia de maior influencia da região, a maioria dos habitantes de Ypêjhú tinham que utilizar estradas brasileiras. Esta rodovia passa também por outro município que visitamos Capitán Bado, é uma obra do governo paraguaio que busca dar mais acessibilidade aos municípios de fronteira que antes se viam isolados.

Figura 3 - Construção da estrada ligando Ypêjhú a Pedro Juan Caballero



Fonte: A autora (2017).

Havia guindastes e maquinário pesado trabalhando até o entardecer para que a rodovia ficasse pronta o mais rápido possível, como foi mencionado apenas o governo paraguaio investiu nessa construção, e o cascalho retirado daí também havia sido direcionado ao município brasileiro para ser usado no cascalhamento das ruas que necessitavam de asfalto.

Coronel Sapucaia – BR, outro município pelo qual a estrada que está sendo construída também irá passar, e que compõe a fronteira com Capitán Bado – PY. Denota-se na figura 4 que assim como nos municípios citados anteriormente não há nenhuma linha divisória nítida ou fronteira que separe os municípios fronteiriços, apenas uma avenida principal em que circulam diariamente brasileiros e paraguaios. Não havia nenhum tipo de fiscalização ou sinalização que identificasse a avenida como parte de uma fronteira.

Figura 4 - Linha divisória do município de Coronel Sapucaia – BR e Capitán Bado – PY



Fonte: PEREIRA (2017).

São cidades gêmeas interligadas territorialmente e historicamente, em que seus moradores circulam livremente de um lado a outro da fronteira. Durante a visita a câmara municipal de Coronel Sapucaia – BR ouvimos relatos semelhantes aos municípios anteriores, em relação à saúde, educação e a segurança. Porém com um agravante, havia mais receio na fala dos moradores brasileiros e paraguaios que estavam presentes durante a visita a câmara municipal.

Foi possível observar a falta de material didático específico para os alunos moradores da fronteira. Já que os mesmos vivem uma realidade distinta dos demais alunos brasileiros. Não há material específico abrangendo a Guerra da Tríplice Aliança, segundo os professores presentes (dois brasileiros e uma paraguaia) na conversa, por exemplo.

O caso da Guerra da Tríplice Aliança foi dado como exemplo, pois segundo os professores trata-se de um assunto que gera certo desconforto entre os moradores locais, isto é, os alunos. Também não há material em guarani direcionado aos alunos paraguaios que estudam em território brasileiro, nem mesmo para os indígenas brasileiros que vem das aldeias estudar nas escolas municipais e estaduais do município, mas que tem o português como segunda língua.

De acordo com o Protocolo de Ouro Preto, em 1994, o guarani deveria ser incorporado como um dos idiomas oficiais do MERCOSUL, junto com o português e espanhol, mas isso ainda não aconteceu. Este fato esse que também ocorre nos municípios anteriores. Não há o

ensino do guarani nas escolas brasileiras, pelo contrário, existe certo preconceito por parte dos alunos e professores com a língua.

Há também a questão da segurança nos municípios fronteiriços. Apesar de serem locais considerados de alta periculosidade a região conta com poucos policiais. Não há nenhum posto da Receita Federal presente e/ou Exército Nacional em um raio entre 200 a 500 km de distância para garantir a segurança da população.

De acordo com a fala dos funcionários municipais esses municípios fronteiriços contam com policiais despreparados, que não possuem sequer armamento suficiente para controlar o transporte ilegal através da fronteira, são as famosas fronteiras abertas.

Além do nítido problema de pertencimento, em que alguns moradores da fronteira se identificam como brasiguaios. Outros como brasileiros e/ou paraguaios, em alguns casos trata-se de portadores de dupla cidadania que utilizam uma ou outra identidade no momento em que esta circulando pela fronteira. Existe até mesmo quem se caracterize como fronteiriço, isto é, quem não se identifica exclusivamente com nenhum dos lados da fronteira, e sim, vive a sua realidade.

Foi-nos possível também analisar ao percorrer da visita aos municípios fronteiriços a ausência de políticas públicas que realmente abranjam a realidade vivida na fronteira, principalmente, em pequenos municípios como estes que foram estudados. Além da falta de infraestrutura local.

São populações que apesar das propostas dos governos, como, o Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), se sentem desamparadas. Deste modo, buscam resolver os problemas locais por conta própria. São localidades afastadas dos grandes centros e por esse motivo a população local acredita estar esquecida pelos governos federais de ambos os países.

Observar-se que as políticas públicas existentes funcionam como forma de proteger as fronteiras nacionais, o que acaba por dificultar a vida das pessoas vivem nesses municípios. São estabelecidos limites à mobilidade existente na fronteira, e se pensarmos de acordo com Harvey (2005) o espaço é sempre transitório.

Como, por exemplo, a questão da saúde, não há um programa binacional que busque amparar os cidadãos fronteiriços de modo geral, para que possam receber verba dos dois países e suprir as necessidades locais. O mesmo ocorre em relação à educação e a segurança.

Nesses casos a fronteira como comenta Raffestin (1993) sendo um dos elementos da comunicação biossocial, assume uma função regulatória. Deste modo ao fazer uma tentativa de

regular os fluxos e mobilidades entre a população local, os governos centrais estão acarretando, sem pensar políticas públicas específicas para a região fronteira, a criação de novas fronteiras invisíveis, e não a destruição das mesmas.

Ainda conforme Raffestin (2005) a fronteira pode se expressar de várias maneiras, e o limite é uma delas. O que vemos entre esses municípios fronteiriços citados no presente artigo é justamente a existência desses limites na fronteira, que ao invés de aproximar as populações que tanto têm em comum, tenta distancia-las e incorpora-las a realidade de cada país.

A integração, e/ou a tentativa de aproximação das populações locais, poderia ser a solução para os conflitos existentes na fronteira, para as divergências e até mesmo para diluir o poder que a cultura brasileira exerce sobre a cultura paraguaia na fronteira, pois o conhecimento, e a visão do igual, a conexão através da infraestrutura para todos possibilitaria acabar com o preconceito e diminuir as dificuldades enfrentadas.

Segundo Martins (1997) a fronteira só desaparece quando o conflito deixa de existir, quando os tempos se fundem e a alteridade política diminui. Deve-se mencionar que a falta de coordenação do aparelho estatal brasileiro com o paraguaio potencialmente gere esse tipo de situação. Pois se houvesse uma sincronia, uma cooperação bilateral entre os governos federais, visto que, essa cooperação já existe entre os governos municipais. Deste modo problemas como estes poderiam ser solucionados e não acarretaria tanto transtorno para os cidadãos fronteiriços.

Baseado nisso acredita-se que integração, seria um meio para diminuir as assimetrias presente na fronteira, assim, como a criação de políticas públicas condizentes com a realidade fronteira, e a instalação de infraestrutura adequada. Pois as relações fronteiriças vão muito mais além dos limites impostos pelo Estado.

5 Considerações finais

Os limites impostos às fronteiras vêm em forma de políticas públicas e/ou leis elaboradas pelos governos centrais de cada país, sem levar em consideração as realidades da população local, e sem possuir um estudo avançado a respeito da fronteira em que essas políticas serão implantadas. Normalmente são normas direcionadas para todas as fronteiras de modo geral, e não especificamente para cada região fronteira, isto é, não leva em consideração à dinâmica e as características do lugar.

A relação distante do Estado com os municípios analisados neste artigo acarreta dificuldades aos moradores locais, como visto acima. Como se trata de localidades distantes

dos principais núcleos urbanos, e com uma baixa densidade habitacional, não chama a atenção dos governos centrais para que haja uma intervenção, em forma de políticas públicas e/ou sociais que atendam às necessidades ali presentes, sejam elas educacionais, ou de saúde, de transporte e até mesmo de segurança.

Pode-se dizer que a falta de material didático direcionado para as regiões de fronteira, a falta de um programa binacional e/ou multinacional de saúde e segurança agravam os conflitos e até mesmo a questão do preconceito entre as populações vizinhas nesses municípios.

Foi possível observar o preconceito até mesmo com a língua guarani, que a é segunda língua mais falada em todo território paraguaio, os professores relataram preconceito entre seus alunos que zombavam das crianças paraguaias que falavam guarani; e que com o passar do tempo começaram a não conversar mais por receio de ser motivo de chacota entre os demais alunos. Além do desprezo com que os brasileiros tratam a cultura paraguaia, isso foi observado ao caminhar pelas ruas paraguaias e sempre ouvir brasileiros falando português ao invés do espanhol/portunhol, já que estavam em território vizinho.

Partindo deste pressuposto, acredita-se que esse tipo de sentimento seja agravado devido à falta de informação e as leis protecionistas, que acabam afastando as populações que tanto tem em comum, desde a sua história até o modo de vida.

Por muitos anos existiu o mito de proteger suas fronteiras, e até mesmo deixa-las sem nenhum tipo de infraestrutura por receio de uma possível invasão em caso de guerra.

Atualmente existem várias propostas de integração direcionadas a América Latina como, a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) e a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), o que não quer dizer que essas políticas supram todas as necessidades, e a falta de infraestruturas existentes na fronteira, pois, são propostas de grandes obras que também não visam os problemas da população local, e não levam também em consideração a sua opinião.

Deste modo, conclui-se que somente através de um estudo apurado seria possível superar as necessidades das cidades fronteiriças, e a partir disso elaborar políticas públicas específicas que auxiliariam no processo de integração entre as populações locais e, deste modo, superariam os déficits existentes nos municípios, não interferiria de forma negativa na dinâmica da fronteira.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: EdUNESP, 1998.
- BHABHA, H. K. Introdução: locais da cultura. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998, p.19-42.
- CLIFFORD, J. Culturas viajantes. In: ARANTES, A. A. (Org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.
- CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. **Interações espaciais**. In: CASTRO, I. E. et al. (org.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 279-318, 1997.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. O liso e o estriado. In: _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo; Ed. 34, 1997, p. 179-214.
- DORFMAN, A. **A condição fronteira: a experiência local de um objeto geográfico nacional**. 2008.
- FOUCHER, M. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009.
- GOMES, P. C. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná E. et al (Orgs.) Geografia – Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.
- GOMES, M. T. S; ROSEIRA, A. M. **América Latina e Caribe: Transformações e Desafios da Integração Regional**. (Prelo), 2016.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- HAESBAERT, R. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HANCIAU, N. J. Entre-Lugar. In: FIGUEIREDO, E (Org.) **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2005, p. 125-142.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HISSA, C. E.V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2006.
- HOFMEISTER, W; ROJAS, F; SOLIS, L.G. **La percepción de Brasil en el contexto internacional: perspectivas y desafíos**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007.
- LAMBERTI, E. **Regulação e reprodução do sistema socioeconômico: Análise da trajetória do desenvolvimento do Paraguai**. 2011. 283 f. Tese. (Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS) – Porto Alegre, 2011.
- MACHADO, L. O. **Limites, fronteiras, redes**. In: T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (Org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB Porto Alegre, p. 41-49, 1998.
- MACHADO, L. O; e STEIMAN, R. **Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002

- MACHADO, L; HAESBAERT, R. O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T. C. M. de (org.). **Território sem limites – estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p. 87- 112.
- MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- PÀEZ, S. L. A. **Multiculturalidad, el caso dela triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay**. 2013.
- PINHEIRO-MACHADO, R. **La garantía soy yo**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- RAFFESTIN, C. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira**. In: OLIVEIRA, Tito, C.M. de (org.). **Território sem limites – estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p. 09-15.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006 [1996].
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SEOANE, A. V. F. Integración economia y Fronteras: bases para um enfoque renovado. In: SEOANE, A.F., ORIAS, R. A. e TORRES, W. A. **Desarrollo Fronterizo: construyendo una nueva agenda**. La Paz: Universidad de la Cordillera, 2009.
- SILVEIRA, M. L. América Latina: por uma pluralidade de pactos territoriais. In: OLIVEIRA, M. P. de; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. de M. **O Brasil, América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I)**. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 2007.
- SOUZA, M. L de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.